

O Estado com menor poder na Economia, só no próximo ano.

Brasil

O plano de desregulamentação da economia e privatização das estatais ficou mesmo para o início de 86, quando o próprio presidente Sarney vai anunciar as medidas de redução das normas que atrapalham a liberdade das empresas privadas. Ontem, o chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, enviou mensagem ao Congresso (foto), pedindo a retirada do projeto de lei do Executivo que tratava do assunto.

José Hugo disse que não tinha ainda examinado o projeto para certificar-se de que realmente abria margem para a interpretação de que o governo estaria colocando em risco o monopólio estatal do petróleo pela Petrobrás. A matéria, segundo Hugo, foi estudada pelos setores técnicos do governo, mas ele reiterou que não acreditava que houvesse alguma intenção de que isto ocorresse. "Pode ser uma questão de interpretação, que nós vamos examinar com calma, para enviar outro projeto no ano que vem", disse o chefe do Gabinete Civil.

A desregulamentação da economia deveria ter sido incluída no âmbito do pacote econômico. Os ministros Dilson Funaro, da Fazenda, e João Sayad, do Planejamento, fizeram inclusive um acordo com os políticos que tiveram acesso antecipado ao pacote, para que não adiantassem à imprensa as medidas de desregulamentação. Como teriam muito impacto no meio empresarial, Sarney pretende anunciar-las pessoalmente.

As explicações para o adiamento da medida são frágeis. "Houve um problema físico, havia muita coisa a fazer, e resolvemos deixar



para o ano que vem", explicou ontem o secretário-executivo da Comissão Especial de Desestatização, que será transformada em secretaria executiva do Conselho Interministerial de Privatização.

O ministro da Desburocratização, Paulo Lustosa, voltará a tratar do assunto com o presidente da República. Levantamentos preliminares do seu ministério indicam que, hoje, o Estado tem o poder de fazer 11 mil tipos diferentes de concessões — desde canal de televisão a posto de gasolina. O presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, Ralph Biasi, confirma que no mercado financeiro haverá algum cuidado nas concessões, mas em outros setores o governo anunciará uma ampla liberalização.

"Precisamos acabar com esse estado cartorial", sustenta o depu-

tado paulista. E o ministro da Desburocratização completa: "O excesso de regulamentação na Economia só é comparável à sua inefficiência. Na maioria das vezes regulamos o nada e fiscalizamos o coisa nenhuma, e por mais paradoxal que possa parecer isto custa fortunas ao Erário".

Como será

Nos próximos dias, o presidente José Sarney anunciará a escolha dos empresários que participarão do conselho de administração de 16 empresas estatais e três bancos de âmbito federal, e de igual número de estatais e bancos de âmbito regional. Os empresários ajudarão essas empresas na fixação da orientação geral dos seus negócios, procurando "elevar sua eficiência de conformidade com a lógica empresarial", conforme assinala parecer do

ministro João Sayad, do Planejamento.

As estatais de âmbito federal que contarão com a participação de empresários em seus conselhos de administração são as seguintes: Eletrobrás, Rede Ferroviária Federal, Petrobrás, Telebrás, Siderbrás, Companhia Vale do Rio Doce, Embraer, Portobrás, Petrofértil, Petrobrás Distribuidora, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Lloydsbrás, Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, Companhia de Pesquisas Minerais e Petroquisa.

As estatais de âmbito regional são: Telesp, Eletronorte, Companhia Siderúrgica Nacional, Açominas, Light, Chesf, Telerj, Usiminas, Acesita, Carajá Metais, Telepar, Ultrafértil, Petroquisa União, Cobra, Telemic e Siderama.

Os empresários participarão ainda do conselho de administração dos seguintes bancos, de âmbito nacional: BNDES, Banco Nacional da Habitação e Banco Nacional de Crédito Cooperativo. E de âmbito regional: Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco de Roraima.

Na área das estatais de âmbito federal, o governo escolheu para os empresários participarem do coração do setor público. No âmbito regional, encontram-se as estatais problemáticas, onde os governos anteriores jogaram bilhões de dólares fora, aplicando em projetos que hoje, comprovadamente, não deverão apresentar retorno. É o caso da Carajá Metais, onde o País já perdeu US\$ 1 bilhão, ou da Açominas, cujo atraso na construção já custou US\$ 3 bilhões de prejuízos.